



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a aplicação da Resolução do Banco Central do Brasil nº 457, de 6 de março de 2025.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informações sobre a aplicação da Resolução do Banco Central do Brasil nº 457, de 6 de março de 2025.

Com o intento de orientar a requisição ora formulada, solicito que sejam respondidas as perguntas que seguem, sem prejuízo do fornecimento de outras informações que o Ministério ou o Banco Central reconhecerem como importantes:

Critérios de Regularidade Cadastral

- 1) Quais são os critérios para que um CPF ou CNPJ seja considerado "irregular", levando à suspensão ou exclusão da chave PIX?
- 2) Existe previsão de inclusão de novas hipóteses ou critérios pelo Ministério da Fazenda ou pelo Banco Central?

Impactos em Pessoas Físicas



3) O não alistamento militar de um cidadão pode resultar em "situação irregular" do CPF e consequente suspensão/exclusão de sua chave PIX?

4) A não participação em eleições e a consequente pendência junto à Justiça Eleitoral pode impactar a regularidade do CPF para fins da Resolução BCB?

5) A inclusão do nome no SPC ou SERASA pode resultar em "situação irregular" do CPF e levar à suspensão ou ao cancelamento da chave PIX?

6) A falta ou a omissão de declaração do Imposto de Renda pode resultar em "situação irregular" do CPF e levar à suspensão ou ao cancelamento da chave PIX?

7) A inscrição da dívida ativa da União pode ser motivo para a suspensão ou o cancelamento da chave PIX?

Impactos em Pessoas Jurídicas

8) O não recolhimento de tributos federais, estaduais, distritais ou municipais pode levar à suspensão ou cancelamento da chave PIX de uma empresa?

9) Pequenos empresários e microempreendedores individuais (MEIs) podem ser afetados em relação ao PIX por eventuais pendências fiscais?

10) Quais medidas serão adotadas para evitar que empresas com pendências meramente burocráticas sejam impactadas no uso do PIX?

Possível Uso da Medida para Fins Arrecadatários

11) O governo pretende utilizar essa medida para aumentar a arrecadação tributária? Por exemplo, como forma de pressionar a entrega da Declaração de IRPF?



12) Como será assegurado que pequenos empreendedores e autônomos não tenham sua subsistência e seus pequenos negócios comprometidos por suspensões indevidas do PIX?

13) Considerando que a medida se destina a prevenir fraudes, como será evitado que a medida gere restrições indevidas ao direito ao trabalho e ao empreendedorismo?

Procedimentos e Recursos

14) Qual será o processo e o procedimento para reativação da chave PIX após a regularização cadastral? Quais são os prazos e o rito recursal?

15) Qual o prazo para que instituições financeiras processem a reativação após a regularização junto à Receita Federal?

16) Haverá um canal direto de comunicação entre os cidadãos afetados e o Banco Central para contestação, recurso, informação ou esclarecimento?

JUSTIFICAÇÃO

A Resolução BCB nº 457 impõe restrições ao uso do PIX, impactando milhões de brasileiros, incluindo pequenos empreendedores e autônomos que dependem desse meio de pagamento. Embora o Banco Central justifique a medida como combate a fraudes, a falta de transparência sobre os critérios de "regularidade cadastral" gera insegurança jurídica e riscos econômicos.

Há preocupação de que a medida seja utilizada para fins arrecadatórios, condicionando o acesso ao PIX à regularidade tributária, o que pode inviabilizar a atividade de pequenos negócios e trabalhadores formais e informais. Além disso, conceitos distintos de "regularidade" entre o Banco Central



e a Receita Federal podem causar confusão e prejudicar cidadãos sem histórico de irregularidades.

Diante desses riscos, este Requerimento busca esclarecimentos sobre os critérios adotados, garantias contra abusos e os mecanismos de recurso para os afetados. O papel do Parlamento é fiscalizar os atos do Executivo e garantir que medidas regulatórias não afetem indevidamente direitos econômicos fundamentais.

Sala das Sessões, 10 de março de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Assinado eletronicamente, por Sen. Eduardo Girão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/7909638833>